



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Sociologia da Educação

Sinop, v. 9, n. 3 (25. ed.), p. 1173-1186, nov./dez. 2018

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

DOI: 10.30681/2236-3165

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL:
um estudo de caso na educação infantil
no município de Sinop - Mato Grosso¹**

**PEDAGOGICAL PRACTICES IN SPECIAL EDUCATION:
a case study in early childhood education
in the municipality of Sinop - Mato Grosso**

Zilma da Rocha Gusmão

RESUMO

Neste artigo discute as práticas pedagógicas na educação especial por meio de estudo de caso na educação infantil no município de Sinop, Mato Grosso. Objetivou-se conhecer as práticas pedagógicas de professores de sala de referência que atendem crianças com necessidades especiais de quatro a cinco anos. O referencial teórico-metodológico embasou-se em autores como Maria Tereza Eglér Mantoan e Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, e o estudo de caso contou com abordagem qualitativa, realizada por meio de observações e entrevistas semiestruturadas com um gestor, três professoras e três mães. Conclui-se que as professoras utilizam como práticas pedagógicas contar histórias, cantar, pintar e brincadeiras como ferramentas no processo de desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: Educação Especial. Práticas Pedagógicas na Educação Infantil

ABSTRACT²

¹ Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: um estudo de caso no município de Sinop - Mato Grosso**, sob a orientação da Dr^a. Sandra Luzia Weobel Straub, Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Universitário de Sinop, 2018/1.

This article discusses the pedagogical practices in special education through a case study in Early Childhood Education in Sinop city, Mato Grosso State. Its objective was to know pedagogical practices of reference room teachers who receive children with special needs aged four and five years. The theoretical framework was based on authors like Maria Tereza Eglér Mantoan and Eugênia Augusta Gonzaga Fávero. The case study counted on a qualitative approach performed through local observations and semi-structured interviews with a principal, three teachers and three mothers. It was concluded that teachers use as pedagogical practices stories telling, singing, painting and games as tools in the child's development process..

Keywords: Special Education. Pedagogical practices in Early Childhood Education.

Correspondência:

Zilma da Rocha Gusmão. Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL). Sinop, Mato Grosso, Brasil. E-mail: zilmargs@gmail.com

Recebido em: 20 de setembro de 2018.

Aprovado em: 24 de outubro de 2018.

Link: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/3322/2405>

1 INTRODUÇÃO

As práticas pedagógicas na educação especial, um estudo de caso na educação infantil no município de Sinop, MT é tema discutido neste artigo. O interesse pelo assunto abordado surgiu a partir das inquietações oriundas da experiência da pesquisadora como bolsista atuante em uma instituição de Educação Infantil, desta mesma cidade, a qual recebe crianças com necessidades especiais. Nesse sentido, a problemática deste trabalho foi investigar quais as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores com crianças com necessidades educacionais especiais em salas de referência? Para situar melhor o assunto foi realizado estudos que evidenciaram questões acerca das políticas públicas na

² Resumo traduzido pela Professora Mestra Betsemens B. de Souza Marcelino. Professora interina do curso de Letras da UNEMAT/Sinop. Mestra em Estudos de Linguagem pela UFMT/Cuiabá, 2015. Graduada em Licenciatura Plena em Letras, Português/Inglês pela UNEMAT/Sinop, 2013.

educação especial brasileira, evoluções ao longo dos anos dessa modalidade de ensino e também na educação especial, procurando compreender suas contribuições na inclusão escolar. A materialidade da pesquisa foi garantida por meio da pesquisa qualitativa realizada em uma instituição de Educação Infantil de Sinop, observações em campo e entrevista com gestora, professoras e mães.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA

Políticas públicas educacionais podem ser tudo que o governo faz ou deixa de fazer na educação. Porém tudo que se aprende na sociedade, na família, na escola, na igreja, na rua e resultado de um ensino e aprendizagem, seja pela observação, reprodução, inclusão é um tipo de educação. Mas quando ela tiver delimitação por um sistema, ela é produto de políticas públicas. Azevedo (2003, p. 38) afirma que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”.

No município de Sinop, as instituições escolares contam com o apoio do Instituto Criança, órgão do município ligado a Secretaria Municipal de Educação, que auxilia a escola na área de Educação Especial, no que se refere à infraestrutura e apoio pedagógico, como podemos verificar no depoimento da Gestora A:

(01) Gestora A: [...] organizei a sala do AEE, no primeiro momento solicitei o professor especializado em educação especial, não foi possível por parte da secretaria de educação fornecê-lo de imediato, ficamos um ano sem esse profissional, que foi em 2015. Mas a sala ficou pronta em 2014, com banheiro acessível, material pedagógico e aparelho de multimídia. Em 2016 a Secretaria de Educação forneceu a professora especializada. Mas até essa professora chegar, os professores de sala de ensino regular, coordenação e os profissionais do Instituto Criança, nos ajudou com o atendimento para esses alunos. Busquei adaptar o pátio e tivemos doações de cadeiras de rodas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: Diversidade e inclusão. BRASIL (2013, p. 1) assegura que:

O atendimento educacional especializado “AEE”, previsto pelo Decreto nº 6.571/2008, é parte integrante do processo educacional, [...] devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação nas classes comuns do ensino [...] os sistemas e as escolas devem proporcionar condições para que o professor da classe comum possa explorar e estimular as potencialidades de todos os estudantes, adotando uma pedagogia dialógica, interativa, interdisciplinar e inclusiva e, na interface, o professor do AEE identifique habilidades e necessidades dos estudantes, organize e oriente sobre os serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade para a participação e aprendizagem dos estudantes.

Esse tipo de ação possui importância fundamental para toda comunidade escolar, nesse sentido destacamos a fala da gestora A na relação com o Decreto 6.571/2008, quando relata ter preparado a sala do AEE, e ter ficado a espera do profissional por dois anos, ou seja, o resultado não é imediato, pois mesmo amparado por decreto a escola enfrentou uma longa espera pelo profissional.

2.1 Aspectos históricos da educação especial no Brasil e a Educação Infantil nesse processo

Segundo Brasil (2007) a história da educação especial no Brasil inicia-se no século XIX quando os serviços dedicados a nossa população eram ações isoladas e particulares para atender as pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. Porém somente no início dos anos 1960 do século XX é que essa modalidade de ensino foi instituída oficialmente, com a denominação de “educação dos excepcionais”, Associação de Pais e amigos dos Excepcionais (APAE).

Conforme Brasil (2018), a educação especial foi assumida pelo poder público em 1957, já em 1972 foi constituído pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC que criou o Grupo-Tarefa de Educação Especial juntamente com o especialista James Gallagher, que veio ao Brasil a convite desse grupo, foi apresentada a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira.

O grupo criou um órgão central para geri-la, sediado no próprio Ministério e denominado Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Depois Secretaria de Educação Especial (SEESP), que manteve basicamente as mesmas competências e estrutura organizacional de seu antecessor, no MEC, Esse Centro, hoje passou a denominar-se Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão SECADI.

A evolução dos serviços de educação especial caminhou de uma fase inicial, eminentemente assistencial, conforme Lima (2002), visando apenas ao bem-estar da pessoa com deficiência para uma segunda, em que foram priorizados os aspectos médico e psicológico. Em seguida, chegou às instituições de educação escolar e, depois, à integração da educação especial no sistema geral de ensino. Segundo Mantoan (2015, p. 35):

As ações educativas têm como eixos o convívio com a diferença e aprendizagem como experiência racional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo da sala de aula.

A escola de ensino regular deve proporcionar a criança com necessidades educativas especiais a oportunidade da experimentação e da representação, da apropriação e construção do conhecimento, estimulando de forma positiva o relacionamento das crianças com seus pares de mesma idade cronológica.

3 A CRIANÇA ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: o processo investigativo no município de Sinop

As informações levantadas em uma pesquisa qualitativa foram realizadas coleta de dados por meio de entrevistas e observações em instituição de educação infantil, da rede de ensino público da cidade de Sinop/MT. Com o objetivo de conhecer as práticas pedagógicas de professores de sala de aula referência que atendem crianças com necessidades especiais educacionais de quatro a cinco anos.

A investigação para esta pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino de educação infantil com gestora, professoras e Mães das crianças especiais da instituição, e foram identificados na análise pelas letras do alfabeto.

A Instituição A, atende 272 crianças matriculadas, treze delas tem alguma necessidade especial educacional. Das treze crianças dez estão na faixa etária de quatro a cinco anos de idade, que foram o foco na pesquisa. A Instituição atende criança com Transtorno de espectro de autismo (TEA), com epilepsia, com surdez e possui crianças que ainda encontra-se em estudo de caso para verificar se possuem ou não comprometimento. Três professoras de sala de referência

concederam a entrevista e autorizaram a observação de suas práticas, a diretora e a professora da sala de AEE e três mães também concederam a entrevista.

3.1 Transtorno de espectro de autismo

Até a década de 1980 o Espectro do Transtorno de Autismo era tratado como uma forma de esquizofrenia. O TEA é um assunto complexo e desconhecido para algumas pessoas, e é necessária uma análise particular em cada criança e ou adulto. Existem aspectos básicos, de acordo com Araújo (2000, p. 78) que podem ser observados:

[...] caracterizam-se por prejuízo severo e invasivo em diversas áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social recíproca e de comunicação, ou presença de comportamento, interesses e atividades estereotipados. Os prejuízos qualitativos que definem essas condições representam um desvio acentuado em relação ao nível de desenvolvimento ou idade mental do indivíduo. O espectro do autismo, termo muito utilizado para englobar essa ampla gama de transtornos, abarca: Transtorno Autista, Transtorno de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno de Asperger e Transtorno Invasivo do Desenvolvimento sem Outra Especificação.

O autor especifica essas características, e com elas pode ser possível definir e diagnosticar o TEA, que pode ser definido como uma síndrome comportamental. Atualmente é classificado em três graus: autismo leve, autismo moderado, autismo severo.

De acordo com Cavaco (2009), o Autismo severo traz prejuízos na comunicação verbal e não verbal da criança ou do adulto, apresenta limitações em iniciar uma interação com novas pessoas e quase nenhuma resposta as tentativas dos outros. É extremamente inflexível no comportamento e tem dificuldade em lidar com mudanças na rotina, tende a ter comportamentos restritos e repetitivos que interferem diretamente no seu dia a dia, pois apresenta níveis de estresse e resistência para mudar de foco ou atividade. Esta entrevistada, mãe de uma criança de cinco anos, com TEA relata o comportamento do seu filho:

(02) Mãe A: [...] afeta muito o comportamento dele em relação à disciplina [...]. Atividades que faz sua rotina ser mais tranquila [...]. Fico muito feliz saber que os

profissionais que atendem meu filho, são competentes e fazem tudo com muita dedicação.

Na observação na instituição de ensino, verificamos que a professora da sala de AEE ela atende a criança no processo de desenvolvimento emocional, social e também estabelecendo pontos para desenvolvimento de coordenação motora, pintura por meio de materiais adaptados. Por outro lado, verificamos que a professora da sala de referência quando em trabalhos mais específicos com a turma, solicita a bolsista, que acompanha a criança com espectro de autismo, que a leve para fora da sala. A bolsista por sua vez a leva para o pátio e a deixa livre para fazer o que quiser, apenas cuida para que a criança não se machuque.

(03) Professora A: Planejamento deve ser elaborado de acordo com a especificidade da sala e com suas habilidades que eles conseguem desenvolver, mediante os alunos especiais esse planejamento deve ser bem mais flexível uma vez que deva contemplar esses alunos e inserir eles no planejamento de acordo com suas possibilidades, respeitando seus limites e habilidades.

Ter em casa uma pessoa, criança ou adulto, com formas graves de autismo pode representar um fator de desequilíbrio para toda a família. Por isso, todos os envolvidos precisam de atendimento e orientações especializadas. É fundamental descobrir um meio ou técnica, independente de que possibilitem estabelecer algum tipo de comunicação com o autista, como citado anteriormente.

Segundo Araújo (2000), autistas têm dificuldade de lidar com mudanças, por menores que sejam, por isso é importante manter o seu mundo organizado e dentro da rotina, e nesse contexto a mãe A, especifica em seu relato sua satisfação com os profissionais da instituição quanto à dedicação e as atividades desenvolvidas com seu filho no ambiente escolar.

3.2 Aspectos da epilepsia

Segundo Amato³ (2011, p. 1) a epilepsia é uma disfunção do cérebro que cursa com descargas elétricas anormais e excessivas do cérebro, que interrompem temporariamente sua função habitual e produzem manifestações involuntárias no comportamento, no controle muscular, na consciência ou na sensibilidade do indivíduo. Apesar de poder ser provocada por uma doença infecciosa, a epilepsia não é contagiosa, ninguém se torna epilético por contato.

No processo investigativo com a criança com epilepsia na instituição A, verificamos que a família enfrentou e enfrenta vários desafios. A mãe alega não poder trabalhar pelo fato das pessoas terem receio de ficar com a criança e ela vir a ter convulsões, o controle da epilepsia é muito difícil pelo SUS.

(04) Mãe: C: Ela sente muita dor de cabeça, desde bebê era muito agoniada [...] quando ela era bem pequena teve várias crises epiléticas e perdeu todos os movimentos do corpo, não tomava nem água, chorava dia e noite, era um sofrimento, foi se recuperando aos poucos, foi muito difícil.

A mãe, de certa maneira demonstra preocupação que sua filha tem epilepsia referindo-se a crises que teve na adolescência. Entendemos que pode ocorrer de algum familiar ter tido epilepsia em algum momento da sua vida, mas isso não significa que o filho dessa pessoa venha ter o mesmo problema.

(05) Mãe: C: [...] faz exames com frequência, a médica (Neurologista) está sempre pedindo exames novos, principalmente a ressonância e exames de sangue [...] quase sempre temos que pagar, o SUS demora muito pra chamar, fizemos um recente e tem que fazer de novo, a médica falou que parece que uma parte do cérebro está muita.

De acordo com Amato (2011, p. 2), a escolha da medicação antiepilética a ser utilizada é feita com base no tipo de crise apresentada pelo paciente e resultado dos exames complementares. 70% das pessoas com epilepsia têm as crises

³ Clínica e DAY Hospital Vascular, Fertilidade, Reprodução Humana, Neurocirurgia, Plástica, Endocrinologia entre outras especialidades. A gestão atual e da quarta geração da família de médicos Amato, conta com um blog <www.amato.com.br/blogs/amato>.

completamente controladas com esses medicamentos. Na maioria dos casos não há cura, mas sim tratamento.

(06) Mãe: C: [...] ela já chegou a tomar cinco remédios por dia, gardenal, fenotóina e outros [...] ela tinha 1 ano e 4 meses quando começou a ter crises, nesse dia ela teve 10 crises das 6 horas as 9 horas da manhã, [...] ela perdeu todos os movimentos, não engolia nem água [...] o médico do hospital regional desenganou minha filha [...] hoje ela toma 2 remédios.

Segundo Amato (2011), os médicos se baseiam no tipo de crise do paciente e no resultados dos exames para prescrever a medicação antiepiléptica e grande parte das pessoas com epilepsia têm as crises completamente controladas com esses medicamentos, a epilepsia não tem cura e sim tratamento, mas pode vir a desaparecer com o passar dos anos.

A inclusão da criança com necessidades educacionais especiais na escola regular pode ser marcada pela exclusão, pela falta de conhecimento da escola e familiares, da desarticulação de projetos públicos na área da saúde e educação, no acompanhamento adequado dessa criança. Para Mantoan (2015, p. 24) “se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada á cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconhece e valoriza as diferenças”. A mãe C nos traz a discussão da importância da instituição escolar no processo de inclusão da criança com comprometimento e apresenta que:

(07) Mãe C: O atendimento da escola é bom, as professoras cuidam bem dela, mas quero levar ela para a APAE, pois lá ela pode se desenvolver mais.

(08) Gestora A: Na sala de referência o planejamento é para todos, incluindo o aluno especial, mas existe um planejamento específico com a professora do AEE.

A criança está sendo atendidas na sala do AEE, no horário oposto as aulas regulares, mesmo assim a mãe prefere que ela frequente a APAE.

Durante a observação na instituição de ensino, verificamos que a professora da sala de AEE atende a criança no processo de desenvolvimento emocional, social e também estabelecendo pontos para desenvolvimento de coordenação motora, pintura por meio de materiais adaptados. Verificamos que a professora da sala de referência e a TDI em trabalhos mais específicos com a turma, dão uma atenção especial para a criança com espectro de epilepsia, pois a mesma tem dificuldade na coordenação motora fina, porém já escreve o próprio nome.

3.3 A criança surda na educação infantil

A criança com necessidades educacionais especiais estar na instituição regular não é garantia de inclusão. É necessário que a instituição se transforme se adeque as necessidades de cada criança especial. Para Fávero (2007), uma das grandes dificuldades na inclusão diz respeito ao relacionamento da família e instituição. Se a criança é inserida espontaneamente e o professor aceita a diversidade, facilita obter sucesso em um processo que já é complexo por natureza. Para Mantoan (2015, p. 27-28):

A inclusão implica pedagogicamente a consideração da diferença, em processos educacionais iguais para todos. A ambivalência dessa situação assemelha-se a andar no fio da navalha. Exige um equilíbrio dinâmico dos que atuam nas escolas para que possam atender por completo ao que a inclusão prescreve como prática pedagógica, ou melhor, para não cair em diferenciações que excluam nem perder para a igualdade, que descaracteriza o que é peculiar para cada aluno.

Inserções de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular, sem propiciar à instituição algumas condições como adaptações curriculares, arquitetônicas, capacitação dos professores, participação das famílias a inclusão acontecerá, porém com mais complexidade. Esta entrevistada fala sobre seu filho surdo, matriculado na instituição A.

(09) Mãe B: Antes ele só apontava o que queria agora ele me ensina como faz com as mãos para falar, a professora ensina como falar, ela é muito boa cuida bem.

(10) Professora B: No início procurava direcionar a libras mais para aluno surdo, depois, fui mudando as estratégias, e explicava a todos sem especificar, o aluno começou a se identificar, a interagir com todos, e os alunos ouvintes aprenderam e estão aprendendo com muita facilidade.

Na observação na instituição de ensino, verificamos que a professora da sala de AEE atende a criança no processo de desenvolvimento emocional, social e também estabelecendo pontos para desenvolvimento da Língua de Sinais (Libras) por meio de materiais adaptados. Verificamos que a professora da sala de referência e a bolsista em trabalhos mais específicos com a turma, dão uma atenção especial para a criança surda.

4 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

As práticas pedagógicas devem ser planejadas, organizadas e desenvolvidas com intencionalidade, tendo em vista o desenvolvimento da criança em uma das fases da vida na qual a criança começa a conhecer o mundo de diversas maneiras, uma delas e interagir com tudo a sua volta através do brincar (VYGOTSKY, 1998).

4.1 A música na educação infantil

A musicalidade é muito importante na infância, na primeira fase da vida humana, onde a criança explora todos os seus sentidos e desenvolve várias habilidades como: a fala, os ritmos, linguagem corporal, memória entre outras. Para Ferreira (2002, p. 13):

Considerada em todos seus processos ativos (audição, o canto, a dança, a percussão corporal e instrumental, a criação melódica) a música globaliza naturalmente os diversos aspectos a serem ativados no desenvolvimento da criança: cognitivo/ linguístico, psicomotor, afetivo/ social.

A música pode nos auxiliar no aprendizado e desenvolvimento das crianças de uma forma suave e que faz com que elas descubram o mundo com todos os seus sentidos.

4.2 A infância já é colorida

Desenhar e o pintar/colorir é prazeroso para a criança e é extremamente importante a partir da educação infantil. Ao evoluir em seus desenhos a criança desenvolve o seu cognitivo e coordenação motora, mesmo quando para ela tudo é brincadeira, como por exemplo: espalhar a tinta no papel, manusear o pincel ou qualquer outro material disponibilizado pelo professor. Para Coll, e Teberosky, (2004, p. 30):

A pintura pode ser definida com a arte da cor. Se no desenho o que mais se utiliza é o traço, na pintura o mais importante é a mancha da cor. Ao pintar, vamos colocando sobre o papel, a tela ou a parede cores que representam seres e objetos, ou que criam formas.

Conforme a autora cita que e através da pintura que o professor pode supor ou descobrir algo sobre a criança, que com seus traços e cores se expressão livremente que para ela tem formas e significados.

4.3 História que encanta

A contação de história é uma das práticas pedagógicas mais fascinantes, através dela o professor tem a possibilidade de se caracterizar para envolver as crianças nesse mundo imaginário que nos faz ser quem quisermos independente da idade. Para Rodrigues (2005, p. 4):

A contação de história é atividade própria de incentivo à imaginação e o trânsito entre o fictício e o real. Ao preparar uma história para ser contada, tomamos a experiência do narrador e de cada personagem como nossa e ampliamos nossa experiência vivencial por meio da narrativa do autor. Os fatos, as cenas e os contextos são do plano do imaginário, mas os sentimentos e as emoções transcendem a ficção e se materializam na vida real.

Como cita o autor ao ouvir uma história a criança sonha acordada sua imaginação flui, ela passa a fazer parte da história, interage com o narrador, fala dos personagens de uma forma encantadora, e nesse contexto o professor pode trabalhar o respeito e valores.

4.4 Brinquedo e brincadeira de criança

O professor tem o papel de orientar a criança para as brincadeiras, e mais que isso brincar junto, ele e o mediador deve se estimular fazer com que a criança tenha determinadas ações no brincar proporcionando o ensino aprendizagem. Para Oliveira (2000, p. 7-8):

[...] é brincando que a criança se humaniza aprendendo e conciliar de forma efetiva a afirmação de si mesma á criação de vínculos afetivos duradouros. [...] o brincar abriu caminho e embasa o processo de ensino/ aprendizagem favorecendo a construção da reflexão, da autonomia e da criatividade.

Para Vygotsky (1998), a criança quando brinca estabelece relação de amizade que cariam umas com as outras e aprende brincado a respeitar o espaço e o brinquedo do colega. E através do brincar que as crianças reproduzem as atividades dos adultos exploram objetos e ambientes de acordo com sua função social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas pedagógicas estão presentes em nossa vida. E não poderia ser diferente, na educação infantil. Através da pesquisa desenvolvida na Instituição, observamos que as professoras fazem seus planejamentos pensando em todas as crianças e adaptando as atividades para a criança com necessidade educacional especial.

Observamos a disponibilidade de todos os envolvidos na instituição, a equipe em geral tem um amor e cuidado com as crianças. Ainda há muito que ser feito, no entanto sabemos que isso não será possível em curto prazo, enquanto as políticas públicas educacionais não se concretizarem na prática de todos, ou seja, não só dos professores, todos da instituição tem o direito de participar de curso e formação

oferecidos pela Secretaria de Educação, pois a inclusão não é feita só pelo professor, mas por toda equipe. Considerando os aspectos abordados neste trabalho, compreendemos que as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores contribuem para o processo de desenvolvimento das crianças com necessidades educacionais especiais na educação infantil.

REFERÊNCIAS

AMATO. **Instituto de medicina avançada**. Disponível em:

<https://www.amato.com.br/content/o-que-%C3%A9-epilepsia-e-convuls%C3%A3o-epilepsia-tem-cura>. Acesso em: 08 mar. 2018.

ARAÚJO, Ceres Alves de. **O processo de individuação no autismo**. São Paulo: Memnon, 2000.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos et. al. **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: diversidade e inclusão**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-basica-diversidade-e-inclusao-2013&category_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 07 jun. 2018.

_____. MEC/SEESP. Presidência da República. Decreto nº 6.571, de 17 de março de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art.60 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, nº188, 18 de setembro de 2008.

CAVACO, Nora. **O profissional e a educação especial**: uma abordagem sobre o autismo. Porto: Editorial Novembro, 2009.

MANTOAN, Tereza Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summos, 2015.

OLIVEIRA, Vera B. (Org.). **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira. **Cultura, arte e contação de histórias**. Goiânia: Realize, 2005.

VYGOTSKY, Lev. Semyonovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.